

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO

RELIGIÃO COMO MARCADOR SOCIAL: NOVA CHAVE ANALÍTICA OU MODISMO INTELECTUAL?¹

INTRODUCTION TO THE THEMATIC DOSSIER. RELIGION AS A SOCIAL MARKER: A NEW ANALYTICAL FRAMEWORK OR MERELY AN INTELLECTUAL TREND?

Nina Rosas²

Jacqueline Moraes Teixeira³

O tema da religião, pedra-fundante das Ciências Sociais desde os clássicos, tem aparecido nas últimas duas décadas como elemento não apenas incontornável, mas absolutamente imprescindível para a compreensão da democracia e da cidadania no país. A religião foi fundamental para a constituição da identidade nacional desde as complexas relações engendradas com o catolicismo (Montero e Almeida, 2000), mas passou também pelo processo de redemocratização, acompanhado do florescimento das igrejas evangélicas (para ficar circunscrito apenas ao contexto cristão) (Guadalupe, 2020). Mais recentemente, a extrema direita que tem se recrudescido mundo-afora e também no país se mostra bastante relacionada com expressões religiosas

¹ Como citar: ROSAS, Nina; TEIXEIRA, Jaqueline Moraes. Apresentação ao dossiê temático. Religião como marcador social: nova chave analítica ou modismo intelectual? *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 25, n. 46, e147525, 2025.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Adjunta do Departamento e da Pós-Graduação de Sociologia pela mesma universidade; Brasil; E-mail: rosasnina@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4133-187X>.

³ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo; professora no Departamento de Saúde e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública na mesma universidade; Brasil; E-mail: jamoteka@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9884-353X>. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.147525>.

(Almeida, 2020), sendo catapultada por elas ou operando no sentido contrário. Isto é, há claramente ora uma mobilização de pautas morais, de costumes e de fé, feita por atores e coletivos políticos cuja origem não necessariamente é religiosa, ora são os próprios religiosos que se aproximam e instrumentalizam discursos e agendas em tese seculares, mas que se encontram em afinidade com anseios e expectativas conservadoras. Nesse sentido, enxergar a religião a partir do atravessamento de marca-dores sociais da diferença e entendê-la em si mesma como um marcador é oportuno não apenas por permitir a continuidade do debate sobre as religiões na vida coletiva, algo caro às Ciências Sociais, mas, principalmente, por abrir distintas abordagens a respeito da produção de sujeitos e de novos regimes de configuração do espaço público. Um olhar para raça, classe, gênero, sexualidade, território e geração não é propriamente uma novidade no campo de estudos de religião (Campos, 2008; Fernandes et al., 1998; Machado e Barros, 2009; Pierucci, 2000; Teixeira e Menezes, 2013). Raça talvez tenha sido a distinção menos trabalhada, a despeito das caracterizações trazidas por todos esses e diversos outros pesquisadores (Reis e Teixeira, 2022). No entanto, mesmo quando se reconhecem veios analíticos mais ou menos profícuos, não há consenso em termos de quais aportes teórico-metodológicos podem (se é que devem) prevalecer, nem mesmo quando se toma como referência um grupo em particular, como o de pentecostais (Mariano, 2011). O que seria mais adequado? Uma abordagem funcionalista, a da modernização, ou a chave da teoria da escolha racional? Não são poucos os trabalhos cujo enquadramento em uma escola do saber sequer é objeto de reflexão do próprio autor (Freitas e Ribeiro, 2013; Rosas, 2018). Falar da religião como marcador social da diferença, portanto, não consiste em pensar a religião a partir de uma chave conceitual ontológica que associe as práticas de seus frequentadores a uma concepção teleológica ou cosmológica de mundo, fixando escolhas, identidades e processos de reconhecimento a um conjunto de dogmas teológicos. Significa, ao contrário, pensar organizações religiosas enquanto tecnologias produtoras de sujeitos, bem como de sentidos para concepções de direitos e vida civil, tão em disputa na arena pública nacional (Teixeira, 2018; 2023).

Um movimento analítico nesse sentido seria conceber religiosidades enquanto tecnologias agenciadoras de condutas que produzem sujeitos sociais por meio da elaboração e do aprimoramento contínuo das técnicas de reconhecimento de si mediante inscrição e significação de seus corpos no mundo. Para tanto, torna-se imprescindível pensar algumas dessas formas de reconhecimento, ponderando sobre as modelagens e as materialidades necessárias para se reconhecer tanto um sujeito religioso legível, quanto o espaço legítimo para sua atuação. Se os marcadores sociais da diferença funcionam como categorias de reconhecimento, quais gramáticas são, então, acionadas quando a religião emerge como um marcador articulado aos demais? Ao contrário do que comumente se imagina, religiões não produzem religiosos, mas constituem espaços de produção incessante de corpos civis ao incitar pedagogias de reconhecimento, bem como de regulação da afetividade, das relações étnico raciais e da sexualidade. Esta abordagem abre margem para que se possa refletir, e este é uma das contribuições centrais do presente dossiê, a intersecção entre processos de subjetivação e produção da diferença. Conceber a religião como, ao mesmo tempo, constituída e constituidora do público, na medida em que agencia tecnologias de visibilidade e reconhecimento da ação dos sujeitos no mundo, permite recolocar em novos termos a questão da função social da religião, que deixa de ser vista apenas em seu estatuto institucional para ser pensada também como um espaço de marcação das possibilidades de interação e vivência. Sua materialidade deixa de ser vista como exclusivamente da ordem do religioso para ser compreendida como uma instância cuja finalidade é sempre fruto de um processo que envolve disputas e negociações. As justificativas para a ação pública das religiões não pertencem, substancialmente, ao campo do religioso, mas emergem como efeito de processos de reconhecimentos públicos de sujeitos que negociam seu pertencimento religioso na intersecção com outros marcadores sociais.

Isto posto, o ponto de partida deste dossiê é levantar uma provocação de ordem epistêmica, mas também prática, a partir do distanciamento de uma tendência que se via forte nos estudos socioantropológicos brasileiros da religião até o início dos anos 2000 (como em Almeida e Montero, 2001;

Mariano, 2011; Oro, 2003; Pierucci, 2004 etc.), qual seja, a de se pesquisar institucionalidades ou atributos, pessoais ou de coletivos, que as caracterizassem. Pensar a religião como marcador social da diferença, a partir de um exercício interseccional com raça, gênero, corpo, sexualidade, classe, geração, nacionalidade e território, permite constituir um olhar para o fenômeno da fé a partir de um esforço de percepção da religião vivida, da dimensão material produzida pelos sujeitos de fé, dos processos identitários e da imbricação entre religião e outros circuitos (como criminalidade, periferia, mídia etc.).

As práticas podem ser apreendidas em situações variadas, constituindo uma gramática moduladora de expressão, que atravessa desde a experiência de mulheres negras frequentadoras de igrejas pentecostais que adotam a linguagem imagética das redes sociais para visibilizar seus testemunhos, até a vivência nos terreiros, atrelando as performances a processos de pertencimento racial e resistência. Esse enfoque se alinha aos muitos esforços transnacionais de investigação, que operam na chave da virada ontológica da teoria social, revisando antigos paradigmas em função da emergência de novas epistemologias, como as decoloniais, feministas, queer, teoria racial crítica, entre outras (Carbado, 1997; Denzin, 2017).

A proposta aqui desenvolvida dialoga com Lilia Schwarcz (2019) que, a partir dos trabalhos de Vincent Crapanzano, Pina Cabral, Verena Stolcke, Mariza Corrêa, entre tantos outros, sugere que se abdique da compreensão dos eixos de diferenciação como categorias fechadas e normativas para se voltar à suas relações, ao entendimento de sua intersecção na empiria. Trata-se, nesse sentido, de compreender como as diferenças se constituem na medida em que são enunciadas. Nada está estaque nem dado. Não se trata, portanto, de modismo acadêmico, tampouco de uma proposta inédita, mas de uma aposta teórica e metodológica que acima de tudo é atenta ao tensionamento produzido nas relações.

A corporeidade, nesse sentido, sobretudo quando se pensa o tema da religião, revela ainda regimes de elaboração social de si, trajetórias e experiências a respeito das transformações das formas de regulação física,

política e moral das relações de poder, conferindo posições de pertencimento e não-pertencimento e de dominação e subordinação (Piscitelli, 2008). Assim, corpo, gênero, sexualidade, raça, território, geração, classe, bem como reli-giosidade, se inscrevem sempre na intersecção, não aparecendo enquanto fenômenos separados.

Os marcadores sociais da diferença emergem nas Ciências Sociais, no contexto dos estudos sobre gênero, sexualidade e raça, durante as décadas de 1980 e 1990, ao se abordar as desigualdades na distribuição de direitos civis essenciais para algumas populações. Para além de sinalizar o modo como os sujeitos são entendidos dentro de um registro de diferenças, a noção de marcadores sociais permite pensar no modo como algumas diferenças sociais passam a ser operadas dentro de um regime de desigualdades, diminuindo as condições de existência para alguns enquanto garantem melhorias substanciais de existência para outros (Zamboni, 2014).

Se, na década de 1990, usava-se muito a noção de marcadores sociais para pensar alguns problemas e alguns processos de desigualdades do Norte Global, a partir dos anos 2000 a noção de marcadores sociais passa a circular com força no Brasil, primeiramente ligada à noção de categorias em articulação e, em seguida, à noção de interseccionalidade (Moutinho, 2014).

Como tratado por Hirano (2019), é importante reconhecer que há diferenças de origem, ênfase e operacionalidade quando se trata das noções de marcadores sociais, interseccionalidade e categorias de associação. De forma muito resumida, interseccionalidade é um paradigma cujo marco são os estudos sobretudo de Kimberlé Crenshaw (2002), que deixam claro que nos entrecruzamentos das opressões se produz formas específicas e mais acentuadas de vulnerabilidade e desempoderamento⁴. Categorias de associação, como em Anne McClintock (2010), por sua vez, é uma chave que ajuda a pensar não apenas as articulações, mas as possibilidades de agência

⁴ Hirano (2019) mostra como esta noção, no trabalho de Patricia Hill Collins, é usada para auxiliar o paradigma interseccional a partir da ideia, cunhada por Collins, de matriz de dominação, que seria a forma organizada das opressões entrecruzadas.

dos sujeitos. Já quanto ao conceito de marcador social propriamente dito, são muitas autoras e autores que vez ou outra fazem uso dele, ora com significado substantivo, ora por sua propriedade descritora.

No Brasil, a articulação entre diferentes dimensões classificatórias pode ser considerada presente pelo menos desde os anos 1930-40, com o trabalho de Ruth Landes. Mas o divisor de águas se deu nos anos 1970-80, com as análises, por exemplo, de Verena Stolcke, Mariza Corrêa, Matilde Ribeiro e Luiza Bairos, ainda que sem referenciar as autoras estrangeiras supracitadas (Hirano, 2019). Os anos 2000 viram o florescimento de grupos de pesquisa e iniciativas mobilizando a noção de marcadores sociais em diferentes acepções. Nas palavras de Hirano:

Não faz muito sentido, diante dessas definições, estabelecer marcadores sociais da diferença como uma categoria analítica substancializada, dado que seu significado só se realiza na prática dos/as agentes em determinada conjuntura, que cabe o analista etnografar. Desse modo, muitos artigos que usam essa abordagem prescindem da necessidade de definir o que se entende por marcadores, valorizando as características das conexões entre gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias em cada contexto (Hirano, 2019, p.49).

Pensando nisso, a religião, tanto compreendida como práticas reguladoras de condutas quanto processo de constituição de sujeitos via técnicas de internalização, aprimoramento, encenação e apresentação de si, pode ser vista também – e de modo não menos importante – como um marcador de classificação produtor de diferenças e também de hierarquias, discriminações e desigualdades. Lila Abu-Lughod, Saba Mahmood e Gloria Anzaldúa, desde o final dos anos 1980 e início dos anos 2000, já reivindicavam análises nesse sentido (Días-Benítez e Mattos, 2019). Considera-se, pois, certa fluidez no uso e na operacionalização da ideia de religião como marcador, tendo em vista que o que importa ressaltar são as ambivalências, as assimetrias, o caráter situacional do uso, e, sobretudo, as possibilidades de agenciamento dos sujeitos.

As abordagens a respeito da constituição dos sujeitos políticos em perspectiva interseccional têm produzido trabalhos estimulantes em diversas frentes. Ao abrigar pesquisas amparadas em descrições e análises acerca dos modos específicos com os quais os sujeitos constituem seus corpos e como esse processo tem na religião sua centralidade, bem como, quais os marcadores sociais presentes nesses regimes de elaboração social de si, suas trajetórias e experiências, este dossiê constitui um espaço para o debate que trata das transformações das formas de regulação física, política e moral nas relações de poder.

Sendo assim, a contribuição dos artigos selecionados e apresentados aqui é a de auxiliar na exposição das relações envolvendo atores, imagens, coletivos e expressões religiosas, estimulando um diálogo transversal, ainda que mediante diferentes perspectivas analítico-conceituais. Tal esforço é um dos produtos decorrentes do GT *Religião e marcadores sociais da diferença*, de coordenação das autoras deste texto e organizadoras deste dossiê, que se deu no âmbito da ANPOCS, entre os anos 2023 e 2024. No GT, os debates colocaram em pauta questões como: O que é considerado legível ou legítimo? Como as práticas cotidianas permitem olhar para a religião e seus regimes de intersecção? Como se constituem os procedimentos de reconhecimento dos corpos? Que espaços, serviços públicos, redes institucionais, de discursos e de afetos são atravessadas pela religião, como são por elas constituídas e como as constituem? Há perspectivas e/ou conceitos feministas, decoloniais, antirracistas, anticapacitistas e contrários a outras formas de subordinação e discriminação articulados à dimensão da vivência religiosa? Como essas mesmas dimensões são registradas nos trabalhos acadêmicos, seja no sentido de traduzir o campo, seja ao produzi-lo enquanto espaço de relações?

Dos riquíssimos trabalhos apresentados, além dos diversos outros que foram submetidos mas não couberam nas sessões de apresentação, foram selecionados seis textos, acolhidos para avaliação na Revista Debates do NER, e que tinham contribuições com diferentes graus de maturação acadêmica, densidade de pesquisa de campo e diversidade regional, e que constituem exercícios de elaboração da ideia de pensar religião como marcador social.

Uma tônica deve ser posta no esforço empírico dos pesquisadores, bem como no modo como tentam trazer concepções teóricas que possam jogar luz nas interseções observadas. Cumpre frisar, não obstante, que há notória sensibilidade nos textos, quando tomados em conjunto, no sentido de desconstruir a suposta homogeneidade que ainda se imagina caracterizar o campo religioso brasileiro (não apenas o evangélico, embora a maior parte dos trabalhos se destinem a compreendê-lo) quanto ao conservadorismo. Como salientou um dos pareceristas que analisou o conjunto dos artigos junto à Debates, trata-se de “contrapoderes nas religiões, dissidências e movimentos que desejam indicar outras formas de experimentar” a religião.

Nessa trilha, no primeiro artigo, Andréa Santos etnografa o ritual ecumênico de encerramento do Acampamento de Mulheres, da Igreja Batista do Pinheiro, em Maceió, coordenado pelo coletivo Flor de Manacá. Este tem à frente a pastora Odja Barros, conhecida por realizar uma leitura popular e feminista da Bíblia. A cena descrita por Santos é emblemática para ilustrar a relação daquelas religiosas, no sentido de certa abertura, a expressões de fé de matriz afro, elucidando que, no contexto do progressismo evangélico, há um notório entrecruzamento de saberes e classificações, como teologia feminista, teologia negra e teologias dissidentes, que tensionam o modo mais tradicional de ser evangélico. A autora recorre a diversas vozes da literatura antropológica para dar sentido à experiência com os “não-humanos”, que estruturam a dimensão de fé e vida das participantes.

O segundo artigo, de autoria de Thaís Vieira, também coloca em perspectiva a tradição evangélica, mas, diferentemente de Santos, não se observa nada próximo ao ecumenismo quando se aborda a presença pentecostal entre os indígenas das reservas Guarani e Kaiowá. Ao contrário, Vieira aponta para as violências sofridas pelas mulheres, sobretudo idosas, por seguirem seus cultos e práticas ancestrais em um cenário já dominado pela presença de evangélicos, evidenciando, assim, a subordinação truculenta a que uma expressão de fé pode submeter a quem não a confessa. Desse modo, enquanto Santos deixa claro uma espécie de descolonização da fé evangélica, o notado por Vieira caminha na direção diametralmente oposta.

Esses dois artigos ajudam a pensar a religião enquanto um marcador que pode operar tanto no sentido de romper com estruturas interseccionais de opressão e dominação quanto a fim de corroborá-las.

No terceiro artigo, Lorena Mochel apresenta uma faceta da religião evangélica não evidenciada nos textos anteriores, qual seja, a de reunir mulheres, pentecostais ou destituídas de filiação institucional, em grupos de oração via *WhatsApp*, formando redes de apoio e solidariedade a partir não de testemunhos exemplares, mas do compartilhamento de desafios e fracassos. A etnografia desenvolvida se volta a mulheres entre 30 e 65 anos, brancas e negras, das periferias urbanas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (e inclui imigrantes na Itália). Aproximando-se do desmantelamento da tradição religiosa, como evidenciado por Santos, Mochel mostra como é possível o estabelecimento de diálogos feministas dentro do meio evangélico digital, confrontando a própria dimensão do feminismo quando lido na chave do inerentemente secular.

Também envolvendo o tensionamento com as compreensões de feminismo por meio do aparato religioso digital, o quarto trabalho do dossiê, assinado por Tatiana Lopes e Alinne Bonetti, analisa o conteúdo produzido por uma influenciadora, mostrando como o machismo pode ser interpretado como pecado ao passo que a religião é posta como mecanismo de libertação das mulheres. A atriz religiosa em questão é branca, possui 29 anos, é teóloga e doutoranda. Defende o pastorado feminino e denuncia violências perpetradas contra mulheres. No entanto, faz isso a partir da reiteração da família nuclear, caracterizada por papéis de gênero rígidos, disputando e alterando, assim, sentidos de feminilidade conhecidos dentro do meio evangélico. Por meio deste estudo de caso, vê-se que categorias como ideário feminista, progressismo, conservadorismo e tradicionalismo precisam ser compreendidas, assim como nos demais artigos, por meio do sentido que carregam nos exemplos particulares.

O quinto texto, escrito por Thiago de Paula, fecha os três exemplos de como a religião evangélica mobiliza os meios digitais a partir de um olhar para as representações de gênero e raça na conta oficial, no *Instagram*, do

movimento paraeclesiástico e interdenominacional Dunamis. O autor analisa como há uma clara espetacularização da fé, retratada pelo êxtase religioso e pelo glamour dos homens. Notadamente, as mulheres também ilustram a página do movimento, buscando despertar a vontade de experimentar a plenitude espiritual. No entanto, ao passo que aos homens cabem as imagens de virilidade, ânimo e energia (ainda que haja também registros de vulnerabilidade por parte dos fiéis e não dos líderes), as mulheres são retratadas em sua contrição, recato e docilidade. Imagens de negritude não compõem a estética do movimento. Assim como em Vieira, o artigo mostra uma faceta do tradicionalismo evangélico colonizado e reprodutor de desigualdades sociais.

No último texto do dossiê, escrito por Célia Arribas, o espectro conservadorismo-progressismo é retomado, no caso, a partir da militância de espíritas kardecistas quanto à descriminalização do aborto. Arribas joga luz no modo como a religião opera como marcador e se intersecciona com a definição da vida, do limite e dos direitos dos corpos e, consequentemente, da construção dos gêneros. Analisando tanto tentativas de regulação da sexualidade em defesa de uma posição “pró-vida” quanto posturas que pesam para o cuidado e contra a violência obstétrica, a autora demonstra como a moralização do Direito e do Legislativo afeta os modelos de cidadania, sobretudo quando destituem de direitos sociais ou visam proteger mulheres negras e pobres.

De modo geral, todos os trabalhos ajudam a reformular as disposições analíticas que partem da divisão entre religião e esferas públicas, ou mesmo, das religiosidades como uma ontologia fenomenológica separada, para pensar a religião como um eixo de sujeição e produção que atravessa o cotidiano das pessoas na relação com outros marcadores sociais. Discutir tais dimensões fomenta a investigação de mecanismos que tornam visíveis como os marcadores da diferença são cruzados nos variados processos de produção de cultura e elaboração de si. E é nesse sentido que este dossiê visa contribuir.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, p. 419-436, 2020.
- ARRIBAS, Célia. Militância espírita e a descriminalização do aborto: tensões entre conservadores e progressistas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 25, n. 46, e146895, 2025.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da Religião*, p. 9-47, 2008.
- CARBADO, Devon W. The construction of OJ Simpson as a racial victim. *Harvard Civil Rights Civil Liberties Law Review*, v. 32, p. 49-104, 1997.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DENZIN, Norman K. Critical Qualitative Inquiry. *Qualitative Inquiry*, v. 23, n. 1, p. 8-16, 2017.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de. *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos*, v. 2, p. 67-94, 2019.
- FERNANDES, Rubem César; SANCHIS, Pierre; VELHO, Otávio Guilherme; CARNEIRO, Leandro Piquet; MAFRA, Clara. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Mauad Editora Ltda, 1998.
- FREITAS, Renan Springer de; RIBEIRO, Ludmila. Avanços e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 1, n. 2, p. 69-114, 2013.
- GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA,

Brenda (Orgs.) *Novo ativismo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, p. 17-110, 2020.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca. *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e interseções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 27-54, 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, p. 369-393, 2009.

MARIANO, Ricardo. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. *Perspectiva Teológica*, v. 43, n. 119, p. 11-11, 2011.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOCHEL, Lorena. Das hashtags aos áudios no WhatsApp: mulheres evangélicas e a digitalização dos testemunhos. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 25, n. 46, e142784, 2025.

MONTERO, Paula; ALMEIDA, Ronaldo. *O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: EDUSP, p. 325-340, 2000.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, [S. l.], v. 42, p. 201-248, 2014.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, p. 53-69, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, v. 18, p. 17-28, 2004.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008.

REIS, Livia; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Religiões e Raça. *Religião & Sociedade*, v. 41, p. 11-23, 2022.

ROSAS, Nina. Sociologia da religião: comentário a um balanço sobre a produção do conhecimento. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, p. 263-290, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Prefácio In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca. *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e interseções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 8-19, 2019.

TEIXEIRA, Fautino; MENEZES, Renata. *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS/USP, São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCAR* v. 12, p. 743-767, 2022.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento*, [S. l.], v. 1, p. 14–18, 2014.

Recebido em: 21/02/2024

Aprovado em: 07/03/2024